



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

## ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

### LEI N° 3926/1992

Ementa

**DETERMINA REGISTRO PÚBLICO DOS EDITAIS DE LICITAÇÃO.**

Data da Norma

**11/05/1992**

Data de Publicação

**15/05/1992**

Veículo de Publicação

**Imprensa Oficial do Município**

Matéria Legislativa

**Projeto de Lei nº 5494/1991 - Autoria: Jorge Nassif Haddad**

Status de Vigência

**Execução suspensa**

Observações

**Veto Total Rejeitado**

**Ação Direta de Inconstitucionalidade 15.882-0/9 - Procedente em 07/06/1995.**

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - licitações**

**Autor: Jorge Nassif Haddad**

Histórico de Alterações

Data da Norma

**28/02/1996**

Norma Relacionada

**Decreto Legislativo nº 608/1996**

Efeito da Norma Relacionada

**Insubsistente**



LEI N° 3.926, DE 11 DE MAIO DE 1992

Determina registro público dos editais de licitação.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, conforme a rejeição de veto total pelo Plenário em 05 de maio de 1992, promulga a seguinte lei:

Art. 1º Os editais de licitações abertas pelo Município deverão ser registrados no registro de títulos e documentos, até o dia da primeira publicação.

Art. 2º Os contratos firmados pelo Município, em decorrência de licitações realizadas, inclusive seus aditamentos e alterações, serão registrados, ou averbados, no registro de títulos e documentos, até 5 (cinco) dias após sua assinatura, a expensas do contratado.

Art. 3º Os contratos firmados pelo Município com dispensa de licitação, inclusive seus aditamentos e alterações, serão registrados, ou averbados, no registro de títulos e documentos, a expensas do contratado, até 5 (cinco) dias após sua assinatura, juntamente com a exposição dos motivos que justificaram a dispensa da licitação.

Art. 4º Na publicação dos editais e contratos deverão figurar os dados referentes ao registro efetuado no registro de títulos e documentos.

Art. 5º Nenhum pagamento poderá ser efetivado antes do registro, ou averbação, a que se refere a presente lei, sob pena de responsabilidade do servidor que pagar indevidamente.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em onze de maio de mil novecentos e noventa e dois (11.05.1992).

*[Signature]*  
ARIDVALDO ALVES  
Presidente

\*



Câmara Municipal de Jundiaí

São Paulo

Gabinete do Presidente

(Lei nº 3.926 - fls. 2)

Registrada e publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Jundiaí, em onze de maio de mil novecentos e noventa e dois (11.05.1992).

*Wilma Manfredi*  
WILMA CAMILO MANFREDI  
Diretora Legislativa

VSP

20 x 32 mm

50